

Resistência ativa

ENTREVISTA Defender o Brasil e dialogar com a sociedade... Eis a estratégia proposta por João Pedro Stedile

A RENÉ RUSCHEL

Um dos “inimigos” nominados pelo futuro presidente Jair Bolsonaro, ao lado de Guilherme Boulos, João Pedro Stedile, figura referencial do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, não se sente intimidado. “Por mais que o discurso de Bolsonaro seja raivoso, eu não acredito que a violência vai se propagar no campo”, afirma.

Na entrevista a seguir, Stedile, com a lucidez habitual, discorre sobre a derrota do PT nas eleições presidenciais, os erros da campanha e as perspectivas para os próximos quatro anos.

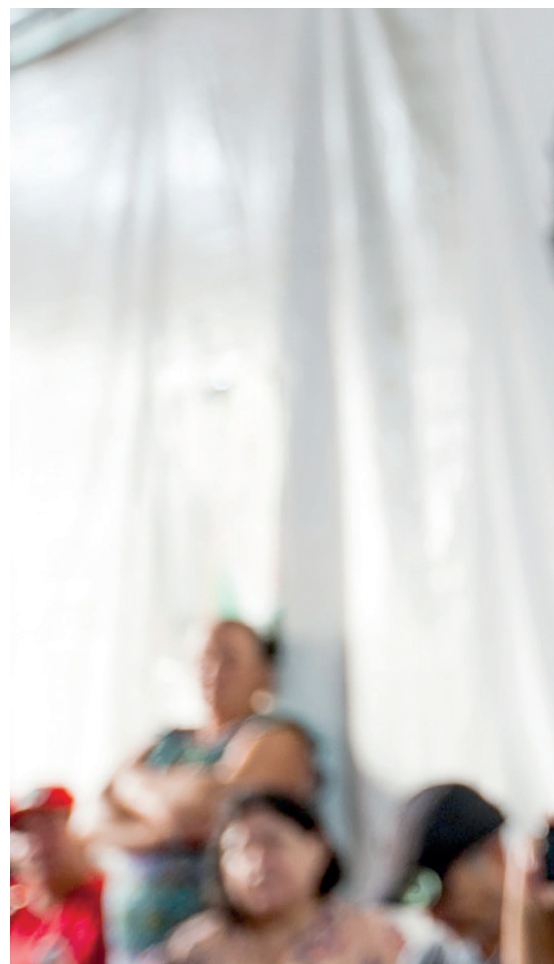
CartaCapital: Qual deve ser o papel do campo progressista nos próximos quatro anos?

João Pedro Stedile: O primeiro passo é ter uma leitura comum da natureza do governo. Ele vai adotar métodos de repressão, enquanto tenta implantar os projetos de interesse do capital financeiro e internacional, cujo principal papel é recolonizar a economia brasileira e abandonar o projeto de desenvolvimento nacionalista. As forças populares precisam saber, no entanto, que, por trás do Bolsonaro, apenas porta-voz desses interesses ou muitas vezes um mero fanfarrão, há um projeto para dominar o País. Cabe a nós aplicar um programa de resistência ativa, no sentido de impedir qualquer desmonte da

soberania, as privatizações e mais perdas de direitos trabalhistas. Ao mesmo tempo, é necessário explicar à sociedade o que realmente acontece. A nossa melhor defesa é a mobilização.

CC: Na campanha eleitoral, essas forças não foram capazes de se unir. Por que seria diferente agora?

JPS: Os partidos políticos, em geral, têm suas idiossincrasias que os levam a pensar apenas nos interesses corporativos. O problema não está aí. Independentemente do comportamento





Proteção. O líder do MST não acredita em uma onda desenfreada de violência no campo, mas afirma que o movimento tem tomado as devidas precauções

dos partidos, temos de criar um movimento de unidade nacional acima das legendas, cujo foco deve ser um programa mínimo em defesa da democracia, da soberania, dos direitos sociais e da liberdade de expressão, da pluralidade de ideias e comportamentos.

CC: O que contribuiu mais para a derrota de Fernando Haddad, o antipetismo ou o desencanto da população com a política e os políticos?

JPS: Temos feito inúmeras avaliações no MST, na Via Campesina, na Frente

Brasil Popular. A nosso ver, a derrota de Haddad deu-se por uma conjugação de fatores. O primeiro foi a inviabilização da candidatura do Lula, símbolo da classe trabalhadora. Como perceberam que ele venceria no primeiro turno, trabalharam durante um ano e

“Temos de criar um movimento de unidade nacional em defesa da democracia, da soberania, dos direitos sociais e da liberdade de expressão”

meio, em parceria com a Lava Jato, para tirá-lo do páreo. O segundo, nesta ordem de importância, foi a aliança maquiavélica de Bolsonaro com a direita internacional. Ele viajou para Taiwan, fez contatos com Israel e com o governo Donald Trump, tudo com apoio de Steve Bannon. Foi o mesmo modelo de campanha praticado nos EUA, que elegeu Trump. Além disso, o uso de tecnologias externas, provavelmente com forças dos serviços de inteligência internacional, fez com que computadores disparassem milhões de mensagens pelo WhatsApp e Facebook. Esta foi a razão fundamental da mudança de resultados em menos de três dias. Basta citar a candidatura do juiz Wilson Witzel, no Rio de Janeiro. O terceiro fator foi o desânimo da população. Bolsonaro soube captar esse descontentamento e utilizou um discurso antissistêmico. Entre 20% e 25% dos eleitores de Lula votaram no Bolsonaro. São trabalhadores, pobres, em geral jovens da periferia, que viram no deputado uma espécie de Lula com o sinal trocado. O quarto ponto é que as forças progressistas se iludiram com o tempo de televisão. E a eleição decidiu-se pelas redes sociais e no trabalho de casa em casa. Quando despertamos, não havia mais tempo. Mas mesmo assim conseguimos virar algo como 7 milhões ou 8 milhões de votos.

CC: Bolsonaro não teve militância nas ruas?

JPS: Não de forma organizada. Foi uma militância conspiratória que não aparece para a sociedade. São os policiais militares, que tiravam a farda para fazer campanha, setores das Forças Armadas, em especial do Exército, a maçonaria. Bolsonaro foi muito inteligente ao escolher o general Mourão como vice. Ele pôde construir um arco de aliança maior. Mourão carregou parte das Forças Armadas da ativa, pois ele

Seu País

Caso único. Em reais democracias, acredita Stedile, a indicação de Moro provocaria uma reação no Judiciário

foi até bem pouco tempo integrante do Comando Superior do Exército, e sobretudo a maçonaria. Outra força foram os evangélicos, por meio dos pastores em púlpitos, que manipularam os fiéis com mentiras de toda ordem contra Haddad.

CC: Qual o grande equívoco cometido pelo PT e seus aliados no tempo em que ficou à frente do governo?

JPS: Os governos Lula e Dilma cometeram muitos erros. Claro, tiveram muitos acertos, mas cometeram erros em vários aspectos. Primeiro, para mim determinante: Dilma não soube interpretar as consequências da crise econômica a partir de 2012. Desde então, a economia não cresce. Em vez de elaborar um plano econômico para salvar o povo, os trabalhadores, a Dilma convidou o Joaquim Levy, que sempre foi o homem de confiança do sistema financeiro, para ministro da Fazenda. A política econômica do governo Dilma foi um desastre.

CC: E o que mais?

JPS: O segundo erro foi o PT não ter estimulado uma educação cidadã para as classes mais pobres. Não ter apostado no debate para elevar o nível de conhecimento político e cultural. O terceiro foi não ter democratizado os meios de comunicação. Imagine se distribuem todos os recursos aplicados na Rede Globo para milhares de rádios comerciais ou comunitárias e jornais do interior do Brasil? É o que chamo de democratização das fontes de informações, para justamente estimular o que acabei de falar, a educação cidadã.

CC: No Congresso tramita um projeto que classifica os movimentos sociais, notadamente o MST e MTST, como "organizações terroristas". Como o senhor classifica essa iniciativa?

JPS: É um absurdo, sem nenhuma base legal. Para aprovarem um projeto



dessa natureza, que, tenho certeza, muitos de sua base de apoio, inclusive ele, Bolsonaro, gostariam, seria preciso mudar a Constituição. Melhor, teriam de rasgar a Constituição. Ela garante e, se não me engano, trata-se de uma cláusula pétrea, que só pode ser alterada por plebiscito, o direito à liberdade de organização e expressão. Qual o papel dos movimentos populares como o MST, o MTST e centenas de outros? Organizar a sociedade, ou seja, exercer um legítimo



direito constitucional para resolver um problema concreto. Seja de moradia, seja de acesso à terra, seja de educação, ou até mesmo de salário. Existem, parece, contradições no governo. O futuro ministro da Justiça, Sérgio Moro, em sua primeira entrevista, descartou a possibilidade de aprovar esse projeto.

CC: Um dos pilares da campanha de Bolsonaro é a proposta de liberação das armas. O senhor teme um aumento da violência no campo?

JPS: O discurso do ódio e em favor do armamento é uma retórica para dar coesão ao grupo do candidato. Nós, do MST, e acredito que também o MTST, deixamos claro à sociedade que somos movimentos pacíficos. O MST está há 34 anos na luta, a sociedade nos conhece. Nossa forma de defesa para evitar a violência é sempre atuarmos com muita gente. As massas se protegem. Por mais que o discurso seja raivoso, não acredito

Fracasso premiado. Joaquim Levy, agora indicado para o BNDES, comandou a economia no início do segundo mandato de Dilma. "Foi um desastre"



Dique de contenção. Aos movimentos sociais resta a missão de enfrentar as políticas de desmonte do Estado

que a violência vai se propagar no campo. Ainda que seja preciso redobrar os cuidados, pois a repressão virá menos do aparato estatal e mais dos grupos que elegeram o Bolsonaro.

CC: Que grupos seriam estes? A UDR?

JPS: Ou pistoleiros. Ou então algo parecido com o que tem acontecido no Sul de Minas Gerais. Um juizinho se arvora no direito de dar uma ordem de despejo para um grupo de 450 famílias que está há 20 anos em uma área em litígio. Essas famílias construíram suas vidas nesse local e certamente vão reagir. Isso pode gerar um conflito. Há forças na sociedade para reagir. Neste caso de Minas, o Ministério Público estadual, por meio de diversos procuradores, fez um abaixo-assinado entregue ao Tribunal de Justiça contra a medida.

CC: Com a escolha do juiz Sérgio Moro para o Ministério da Justiça, como o senhor avalia a situação do ex-presidente Lula?

JPS: A nomeação do Moro é, antes de tudo, um escárnio. É um tapa na cara, não do povo, mas do Poder Judiciário. Havia uma série de denúncias, inclusive de juristas renomados, de que tudo não passava de uma perseguição a Lula. Na verdade, Moro só cumpriu um *script*, que foi evitar a candidatura do ex-presidente. Como cumpriu a missão, agora recebe um prêmio. Em qualquer país democrático, diante de um fato como esse, os integrantes do Poder Judiciário pediriam demissão coletiva ou a demissão do ministro. Ainda espero ver o STF criar vergonha e respeitar a Constituição. Não em relação ao Lula, pois ele serviu de instrumento. Quem está preso não é mais um indivíduo, mas uma ideia, a classe trabalhadora.



CC: O senhor teme a possibilidade de um novo golpe militar, caso Bolsonaro fracasse?

JPS: Como disse várias vezes o general Eduardo Villas-Bôas, nos últimos dois

anos corremos o risco de um golpe militar. Alguns estimulados pelo próprio Mourão, agora vice-presidente. O primeiro quando veio à tona os escândalos de Michel Temer. O segundo, quando Villas Bôas deu a atender que as Forças Armadas não aceitariam a candidatura de Lula. Não há, porém, mais espaços para golpes militares clássicos. Aliás, recomendo a leitura do livro *Guerras Híbridas*, no qual o autor demonstra que, em vez de mísseis, balas e tanques, a estratégia passou a ser a da ciber guerra, com notícias falsas, diplomacia e intervenção externa. Tal qual se deu aqui. •

“A nomeação do Moro é, antes de tudo, um escárnio. É um tapa na cara, não do povo, mas do Poder Judiciário”

